

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

## **PROJETO DE LEI Nº 3874, DE 2000**

Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil

**Autor:** Deputado Corauci Sobrinho

**Relator:** Deputado Marcelo Ortiz

### **I - RELATÓRIO**

A presente proposição busca alterar os arts. 143, 659, 680 e 681 do Código de Processo Civil, a fim de, conforme esclarece a inclusa justificção, “tornar transparente a função do oficial de justiça, no tocante à avaliação de bens”.

Esclarece mais ainda, o ilustre Autor: “O que se pretende é tornar o oficial de justiça, como funcionário do Poder Judiciário, responsável pela avaliação dos bens penhoráveis apreendidos, preenchendo uma lacuna hoje existente na legislação processual civil, e alcançando-se a desejável padronização procedimental das atividades dos oficiais de justiça. A agilidade dos trabalhos judiciais também será facilitada, pois somente em casos excepcionais o juiz precisaria recorrer a avaliadores estranhos ao quadro de servidores”.

Incumbirá aos oficiais de justiça, ainda, realizar hastas públicas e leilões.

Trata-se de apreciação final do plenário da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em questão atende ao requisito de constitucionalidade, na medida em que é competência da União e atribuição do Congresso Nacional legislar sobre Direito Processual, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária.

O requisito de juridicidade encontra-se, igualmente, preservado, não se verificando ofensas aos princípios informadores do ordenamento jurídico pátrio.

A técnica legislativa merece aperfeiçoamento, para se amoldar aos ditames da Lei Complementar 95/98, anotando-se não haver artigo inaugural com o objeto da lei e a indicação de nova redação dos dispositivos alterados, e, ainda, a ociosa existência de cláusula de revogação genérica. Quanto ao acréscimo de dispositivo ao art. 659, se necessário, deveria constituir o § 6º, em face da alteração que este artigo sofreu por força da Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002.

Quanto ao mérito, a proposição merece parcial acolhida, embora careça de melhoria.

Será útil para o bom andamento dos feitos judiciais, especialmente no que concerne à tão almejada celeridade processual, que, dentre as atribuições dos oficiais de justiça, inclua-se a de efetuar avaliações.

Esta medida legislativa será benéfica, principalmente, nas comarcas menores, onde, nem sempre, o juízo tem, à sua disposição, avaliador oficial ou, mesmo, perito que faça as vezes deste.

Por outro lado, a lei deve ser prudente, no sentido de garantir que os oficiais de justiça possam se desincumbir da atribuição que ora se busca lhes confiar com o mínimo de condições técnicas para tanto.

Com efeito, há avaliações que exigem conhecimentos técnicos específicos, como, somente para citar um exemplo, a avaliação de imóveis, normalmente realizada por um corretor, ou assemelhado. Existe, inclusive, jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ quanto a isto, como no caso dos autos do Recurso Especial 351931/SP, no qual se asseverou:

*“É remansosa a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a avaliação de bens penhorados por oficial de justiça **sem condições técnicas para tanto, realizada sem mínimos fundamentos**, contraria a legislação processual, ainda mais quando desacompanhada do obrigatório Laudo de Avaliação.”*

Nesse sentido, a nova redação do art. 143 do CPC há de ser aprimorada.

A par disso, no que concerne aos arts. 659, 680 e 681, não deve o projeto, simplesmente, deixar de mencionar a figura do avaliador oficial ou do perito; melhor será se coexistirem com o oficial de justiça – uma vez que a lei preverá que este somente poderá realizar avaliações se habilitado para tanto. Aliás, a alteração do art. 680, somente, será suficiente para se alcançar o almejado pelo projeto.

No que tange à possibilidade de os oficiais de justiça realizarem hastas públicas e leilões, entretanto, a proposição não merece guarida.

Essas atividades não se coadunam com a função dos oficiais de justiça, na medida que, ao contrário da avaliação, para a qual, no mais das vezes, um bom treinamento, às expensas do Poder Judiciário, será eficiente, encerram atividade bem especializada. Além desse aspecto, tais atribuições poderiam ser temerárias para a lisura da atuação dos oficiais, bastando lembrar, por exemplo, que, nos termos do art. 705, IV, do CPC, cumpre ao leiloeiro receber do arrematante a comissão estabelecida em lei ou arbitrada pelo juiz.

O voto, portanto, é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do PL 3874, de 2000, nos termos do substitutivo ofertado em anexo a este parecer.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2003.

Deputado Marcelo Ortiz  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3874, DE 2000

Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que “Institui o Código de Processo Civil”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A presente lei permite ao oficial de justiça efetuar a avaliação dos bens penhorados, quando habilitado para tanto.

Art. 2º Os arts. 143 e 680 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 143. ....

*Parágrafo único. Desde que habilitado para tanto, incumbirá ao oficial de justiça, ainda, efetuar a avaliação dos bens penhorados (art. 680) (NR).”*

“Art. 680. ....

*Parágrafo único. A avaliação de que trata este artigo poderá ser feita, ainda, por oficial de justiça habilitado (art. 143) (NR).”*

Art. 3º Esta lei entrará em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em        de        de 2003.

Deputado Marcelo Ortiz  
Relator

305449.020